

SCIENTIA ANTIQUITATIS



SALVAGUARDA ARQUEOLÓGICA
ARCHAEOLOGICAL SAFEGUARD

Título: SCIENTIA ANTIQUITATIS

Editores: Leonor Rocha/ Gertrudes Branco/ Ivo Santos

Local de Edição: Évora (Portugal)

Data de Edição: Junho de 2019

Volume: 1/ 2019

Capa: Trabalhos de salvaguarda no Palácio do Vimioso

(Foto: Leonor Rocha)

Director: Leonor Rocha

ISSN: 2184-1160

Contactos e envio de originais: Leonor Rocha/ Irocha@uevora.pt

Revista digital.

Ficheiro preparado para impressão frente e verso.

INDÍCE

O IV ^o CIAT e o estado da Salvaguarda Arqueológica em Portugal Leonor Rocha e Gertrudes Branco	5
Arqueologia Pública e a gestão do património arqueológico no contexto da construção de uma barragem: O caso da construção da barragem de Belo Monte (Brasil) Maria Clara Costa	25
Melhor conhecer é melhor proteger. Os contributos do projeto ARQUEOSIA Filipa Neto e Catarina Costeira	57
Estratégias para a gestão da salvaguarda arqueológica: as cartas de risco do património arqueológico dos Açores José Luís Neto, Carlos Luís Cruz e Pedro Parreira	77
O Risco das Políticas de Risco em Património Cultural - Proposta STORM para uma nova abordagem Filipa Neto, Sofia Pereira, Isabel Inácio, João Almeida Filipe	95
Gestão e salvaguarda do património arqueológico: o caso da Universidade de Évora (Portugal) Leonor Rocha, Jorge de Oliveira, André Carneiro e Carmen Balesteros	113
Ecclesia Sanctae Marinae de Cortegaza (Cortegaça, Ovar). Um contributo na Arqueologia de Salvaguarda Gabriel Pereira, Gustavo Santos e Mauro Correia	153
E quando as fábricas fecham? Reflexões sobre a salvaguarda do património arqueológico-industrial na cidade de Portalegre Susana Pacheco	183
A geofísica e salvaguarda do património arqueológico em meio rural. Vantagens e quando utilizar: o caso dos recintos de fossos António Valera e Tiago do Pereiro	203
A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro Gertrudes Branco	217
Salvaguarda arqueológica em Monforte: Percurso e estratégias de intervenção (Monforte, Portalegre, Portugal) Paula Morgado	251

Oliveira de Azeméis: Gestão de uma Carta de Salvaguardas Patrimoniais e de um projeto de investigação sobre a ocupação do território (POVOAZ) Adrian de Maan e João Tiago Tavares	295
A gestão de espólios arqueológicos no Algarve. Reflexão sobre o seu propósito na actividade arqueológica de salvaguarda Grupo de Arqueologia da Rede de Museus do Algarve	321
A Antropologia Biológica nos Açores: gestão e estudo das suas coleções osteológicas José Luís Neto, Joana Camacho e Pedro Parreira	331
Mosteiro de São Bento de Avis: da intervenção preventiva ao programa de estudo e valorização de fracção monástica Ana Cristina Ribeiro	355
Acompanhamento: o <i>Cadavre Exquis</i> da prática arqueológica (portuguesa) Gabriel Pereira, Mauro Correia e Gustavo Santos	385
Resultados preliminares do acompanhamento arqueológico da obra de conservação da Capela de Nossa Senhora de Entre Águas Ana Cristina Ribeiro	415
Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014 Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco	447
Estratégias de recuperação e salvaguarda do património histórico-arqueológico de Vouzela (Viseu, Portugal) após os incêndios florestais de outubro de 2017 Manuel Luís Real, António Faustino Carvalho, Catarina Tente, Daniel de Melo Branco, Luís André Pereira, Pedro Sobral de Carvalho e Tiago Ramos	461
Balanço dos Incêndios de 2017: Região de Lisboa e Vale do Tejo Filipa Bragança, Gertrudes Zambujo e Sandra Lourenço	477
La combinación de la investigación con la protección del patrimonio arqueológico rural en la provincia de Salamanca: el caso de Los Villares (Fresno Alhándiga, Salamanca) M ^a de los Reyes de Soto García e Verónica Pérez de Dios	491

Minimizando impactos. Tavira Verde 2012/2014

Jaquelina Covaneiro¹

Sandra Cavaco²

Resumo

Nas duas últimas décadas a cidade de Tavira tem registado um aumento significativo de intervenções arqueológicas no espaço urbano. Em resultado do incremento da actividade arqueológica o conhecimento sobre a ocupação da colina de Santa Maria, e da cidade em sentido lato, tem crescido exponencialmente.

No presente trabalho pretendemos dar a conhecer os resultados dos trabalhos arqueológicos efectuados pela equipa de arqueologia municipal, no que respeita a instalação de infraestruturas na via pública pela empresa municipal de águas (Tavira Verde).

Os trabalhos reportam-se aos anos de 2012, 2013 e 2014 e possibilitaram, entre outros aspectos, constatar a manutenção do traçado urbanístico nos últimos séculos.

Palavras-Chave: Cidade; Salvaguarda; Minimização.

Abstract

In the last two decades the city of Tavira has recorded a significant increase of archaeological interventions in urban space.

As a result of the increase of archaeological activity, knowledge about the occupation of Santa Maria hill, and of the city in a broad sense, has grown exponentially.

In this work we aim to make known the results of the archaeological work carried out by the municipal archeological team, regarding the

¹ jcovaneiro@cm-tavira.pt. Câmara Municipal de Tavira

² scavaco@cm-tavira.pt. Câmara Municipal de Tavira

installation of infrastructures in the public road by the municipal water company (Tavira Verde).

The works refer to the years 2012, 2013 and 2014 and allowed, among other aspects, to observe the maintenance of the urban layout in the last centuries.

Keywords: City; Safeguard; Minimization.

1. Enquadramento histórico-arqueológico.

Tavira localiza-se no sul de Portugal, junto à foz do rio Gilão, nas suas margens, ao abrigo da restinga que protege a ria formosa de Faro até Cacela.



Figura 1. Localização de Tavira

Os trabalhos arqueológicos realizados um pouco por toda a cidade, nos últimos 20 anos, têm contribuído para o desvendar do passado histórico-arqueológico da cidade de Tavira.

A ocupação mais antiga desenvolveu-se na colina de Santa Maria, e deverá remontar à Idade do Bronze Final, tendo registado uma ocupação significativa no decurso da primeira metade do primeiro milénio a.C.. Em resultado das intervenções arqueológicas realizadas foram colocadas a descoberto estruturas e espólios, relacionados com o mundo mediterrânico e oriental, que levam a considerar que esta ocupação está relacionada com a colonização fenícia ocidental (Arruda *et al*, 2008).

Até ao momento não foram identificados níveis romanos na colina. Aparentemente ter-se-á registado uma deslocação populacional para um local situado a sul da povoação de Luz de Tavira (Mantas, 2003: 86). Os dados disponíveis indiciam o regresso de populações à colina de Santa Maria, após um abandono de 14 séculos, vindas da antiga *Balsa*, entre os séculos VI e VIII (Mantas, 2003: 93). Contudo, os dados das intervenções arqueológicas realizadas em Tavira não comprovam, até ao momento, esta hipótese.

Os primeiros indícios da ocupação da colina de Santa Maria em época islâmica remontam ao século XI, na face virada a Sul-Sudeste. No decurso dessa ocupação Tavira transforma-se, de uma pequena *qarya* (alcaria), protegida por um pequeno *hisn*, em *mādina* (cidade), em meados do século XII.

Após a conquista cristã, em 1242, a cidade regista um contínuo crescimento urbano verificando-se que, em finais do século XIII, esta ocuparia uma área muralhada de cerca de cinco hectares. No decurso dos séculos XIV, XV e XVI a actividade comercial e marítima registada pelo porto de Tavira traduz-se num acentuado desenvolvimento económico e crescimento urbano.

2. A criação do Serviço de Arqueologia Conservação e Restauro

Os primeiros trabalhos arqueológicos realizados em Tavira datam de 1996 e tiveram lugar na antiga agência do Banco Nacional Ultramarino (BNU), tendo sido dirigidos por Manuel Maia. A realização de outros trabalhos nos anos subsequentes levou à criação da Associação Campo Arqueológico de Tavira (CAT) e, posteriormente, à assinatura de um Protocolo de Colaboração (1999) entre o Instituto Português de Arqueologia, a Câmara Municipal de Tavira e a Associação Campo Arqueológico de Tavira.

De modo a dar cumprimento ao Protocolo de Colaboração, a autarquia procedeu à contratação de um técnico superior de arqueologia, que se veio juntar ao técnico de Conservação e Restauro que aí exercia funções desde 1998. Nesse mesmo ano foi criado o Serviço de Arqueologia, Conservação e Restauro (SACR), encontrando-se inserido na Divisão de Património e Reabilitação Urbana, tendo o mesmo sido extinto em 2010, a equipa integrada no Departamento de Cultura, Património e Turismo e, conseqüentemente, no Museu Municipal de Tavira (Cavaco e Covaneiro, 2015).

A actual equipa é composta por três arqueólogos, uma técnica de Conservação e Restauro, uma técnica de Museografia Arqueológica e uma técnica de Património Cultural – Gestão e Divulgação.

Ao longo dos anos, a equipa de arqueologia desenvolveu as mais diversas actividades, de que se destacam os trabalhos e a divulgação de resultados, bem como o apoio e produção de exposições, sendo ainda de destacar acções realizadas junto da comunidade local (oficinas, visitas orientadas, apoio técnico aos munícipes, etc.).

3. A arqueologia em Tavira.

3.1. O património arqueológico e as problemáticas da arqueologia de salvaguarda.

Tavira, à semelhança de outras cidades portuguesas, regista nas duas últimas décadas um aumento do número de intervenções arqueológicas sendo de referir que estas centram-se, sobretudo, no seu casco urbano. Este facto decorre, entre outros factores, de uma procura crescente do nosso país como destino turístico no mercado internacional.

Assim, a maioria das intervenções arqueológicas realizadas na cidade decorrem de projectos de reabilitação e requalificação de edifícios privados e/ou públicos e de espaços públicos. Estes trabalhos de minimização e de salvaguarda patrimonial estão associados a acções preventivas e de minimização de impactes que são assim potenciados pelo desenvolvimento de projectos públicos e privados.

Os trabalhos arqueológicos acima mencionados decorrem sobretudo em contexto de obra. Este ambiente não proporciona as condições de segurança necessárias de visita ao local por parte do público interessado no património arqueológico e sua salvaguarda. Deste modo, o trabalho arqueológico permanece “escondido”, pouco acessível e, em muitos casos, encarado como força de bloqueio ao desenvolvimento económico e à expansão urbana.

Este incremento no número de trabalhos arqueológicos na cidade de Tavira não se reflecte na produção e divulgação pública do conhecimento. Isto é, os relatórios, quando produzidos e entregues à tutela para arquivo, obedecem a critérios técnicos específicos, de acordo com a legislação em vigor, pouco adequados à divulgação pública.

Deparamo-nos assim com um paradoxo, por um lado, verifica-se a identificação de importantes contextos arqueológicos preservados, por outro lado, a produção científica daí resultante é escassa, já para não dizer inexistente.

Em resultado do aumento das acções arqueológicas verifica-se o aumento do espólio arqueológico recolhido e “armazenado”. Pese embora esteja previsto na legislação em vigor a entrega da

documentação produzida no decurso dos trabalhos de campo e de gabinete aquando do depósito do espólio arqueológico, esta nem sempre ocorre. De igual modo, o estudo, e posterior entrega do espólio nas Reservas do Museu Municipal de Tavira, instituição creditada pela tutela, não é prática corrente entre todos os profissionais da arqueologia.

Por outro lado, constatamos que os espólios entregues apresentam falhas significativas ao nível do estudo, facto que dificulta o conhecimento das realidades histórico-arqueológicas da cidade de Tavira.

Os dados procedentes das intervenções arqueológicas, no caso em apreço, as realizadas no âmbito da arqueologia de salvaguarda em Tavira, não têm contribuído de modo significativo para o conhecimento científico. De igual modo, o seu contributo para o planeamento e gestão territorial, e valorização e divulgação patrimonial é limitado.

3.2. Acompanhamento arqueológico das obras da empresa municipal de águas Tavira Verde: anos 2012, 2013 e 2014.

A equipa de arqueologia municipal tem desenvolvido ao longo dos anos um conjunto significativo de trabalhos arqueológicos, decorrentes, maioritariamente de projectos de reabilitação e requalificação de edifícios (Convento de Nossa Senhora do Carmo, Convento de Nossa Senhora da Graça, Edifício Irene Rolo, Antigo Orfeão, Compromisso Marítimo, entre outros) e/ou espaços públicos (Largo de Santa Ana, Bela Fria...).

No entanto, o processo de reabilitação urbana implica a envolvência de um conjunto diverso de agentes cujos conceitos de valorização do património são díspares. A coexistência entre estes agentes nem sempre é pacífica, pelo que a adopção de uma atitude esclarecida e positiva por parte dos técnicos de arqueologia municipal tem-se revelado fundamental à protecção e valorização do património

arqueológico. Em última instância, cabe ao arqueólogo a salvaguarda da informação arqueológica.

É na sequência dessa necessária valorização do património arqueológico que em 2012 os técnicos da autarquia solicitam autorização, junto da Direcção Geral do Património Cultural, para realizar o acompanhamento arqueológico das obras efectuadas pela empresa de águas municipais, Tavira Verde. Estas localizam-se na via pública e destinam-se a instalar e/ou substituir infraestruturas de águas pluviais e residuais, bem como de ramais de abastecimento de água.

Por forma a salvaguardar os testemunhos arqueológicos, que são património de todos, e possibilitar a identificação de novos bens, solicitou-se, a partir de 2018, autorização para realizar o acompanhamento de obras, a efectuar pelo município na zona histórica de Tavira, que digam respeito a ligações de imóveis ou mobiliário urbano à rede eléctrica ou sistemas de abastecimento de água e saneamento, reparação de infraestruturas de abastecimento de água ou saneamento. Este acompanhamento inclui ainda a envolvente à igreja matriz de Nossa Senhora da Luz, igreja de Nossa Senhora da Conceição e igreja matriz de Santo Estevão.

A possibilidade de se verificar a ocorrência de vestígios arqueológicos durante os trabalhos de acompanhamento, e destes poderem provocar atrasos no prazo de execução da obra, é real, embora, e, pela nossa experiência, a arqueologia não seja a única a quem se possa imputar essa responsabilidade. Em todo este processo o esclarecimento dos intervenientes é fundamental por forma a diminuir possíveis atritos.

De igual modo, aquando da identificação de vestígios preservados, e por forma a “minimizar” o seu impacte sobre o normal decurso da obra, a capacidade de gestão e decisão do arqueólogo é fundamental.

3.2.1. Ano de 2012.

No decurso de 2012 os serviços acompanharam a abertura de duas (2) valas destinadas a instalar ramais de águas pluviais e residuais (Covaneiro e Cavaco, 2015).



Figura 2. Vista dos trabalhos na Rua D. Paio Peres Correia n.º 12 a 16.

Os trabalhos realizados não revelaram a presença de níveis ou estruturas arqueológicas preservadas. De igual modo, os materiais cerâmicos reconhecidos apresentam uma cronologia de época contemporânea.

3.2.2. Ano de 2013.

No que concerne o ano de 2013 a equipa acompanhou os trabalhos de abertura de valas para a instalação de ramais de abastecimento de água, ramais de saneamento doméstico ou de águas pluviais (9). Destas, cinco referem-se à abertura de valas e as restantes relacionam-se com obras de reparação, substituição ou eliminação de ramais (Covaneiro e Cavaco, 2015).

Os trabalhos de acompanhamento efectuados não revelaram vestígios arqueológicos preservados.

Apenas na vala aberta na Praça da República foi identificado material cerâmico. Este encontra-se muito fragmentado, tendo sido

estabelecido um número mínimo de 28 indivíduos relativo aos 28 fragmentos exumados. Verifica-se a presença de 27 fragmentos de cerâmica comum e um fragmento vidrado, tendo sido contabilizados cinco (5) asas e três (3) bordos.

No conjunto em análise apenas quatro indivíduos apresentam ornamentação, sendo que outros cinco apresentam caneluras (quatro cântaros e um fragmento indeterminado). Está presente a pintura a preto (1) ou a vermelho (1) em dois cântaros, uma estampilha com motivo indeterminado num fragmento de talha e uma tampa com traços incisos.

De um modo geral, o conjunto cerâmico apresenta uma grande coesão cronológica, com materiais com uma evidente cronologia almorávida/almóada. Contudo, a dimensão reduzida da amostra não permite retirar quaisquer conclusões.

As intervenções efectuadas revelaram a presença de contextos revolvidos em resultado da instalação de várias infraestruturas de época contemporânea.



Figura 3. Vista dos trabalhos na Praça da República.

3.2.3. Ano de 2014.

No curso do ano de 2014 foram acompanhados 13 trabalhos de abertura de valas para a instalação de ramais de águas pluviais e residuais e ramais de abastecimento de água. Destas, oito respeitaram a abertura de valas e as restantes relacionam-se com obras de reparação, substituição ou eliminação de ramais (Covaneiro e Cavaco, 2015).

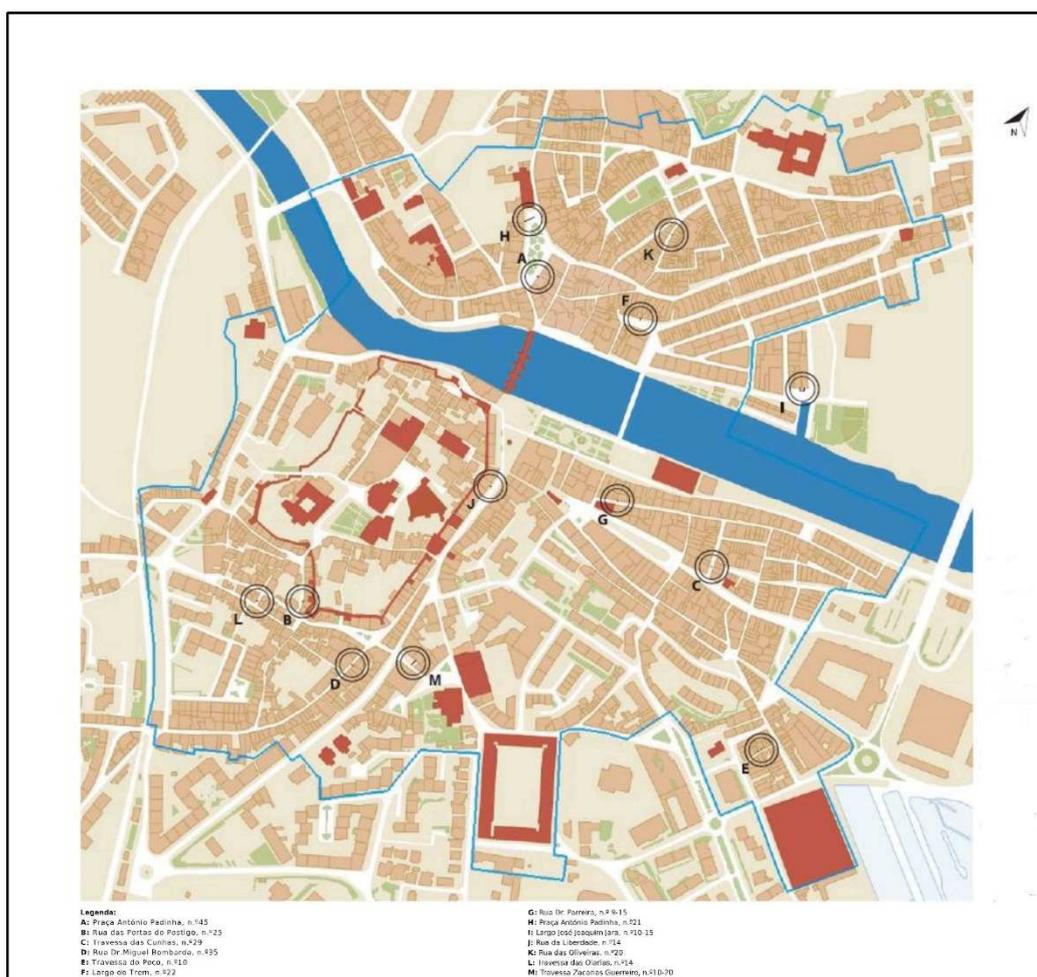


Figura 4. Implantação dos locais alvo de acompanhamento arqueológico (2014).

De entre os trabalhos efectuados, apenas na Praça António Padinha n.º 21 e n.º 45 foram registados contextos arqueológicos preservados. Nos restantes locais registou-se a presença de contextos alterados resultantes de aterros relacionados com a instalação de outras infraestruturas colocadas recentemente.

Na Praça António Padinha n.º 21 foi registada uma estrutura de grandes dimensões, afectada em, pelo menos, dois momentos, um para a instalação de um ramal de rega, e outro por motivo desconhecido.



Fotografia 3. Vista dos trabalhos na Praça António Padinha n.º 21.

A estrutura é composta por pedras calcárias de tamanho diverso, interligadas por argamassa de cal, com uma largura reconhecida de 80cm e 2.50m de comprimento. Não foram identificados materiais arqueológicos associados. No entanto, e tendo em conta as características construtivas, pensamos ser exequível uma cronologia de Época Moderna e/ou Contemporânea.

Após limpeza e respectivo registo efectuou-se a retirada da primeira fiada de pedras, tendo-se de seguida coberto a estrutura com sedimento proveniente da vala. Seguidamente procedeu-se à colocação das tubagens de saneamento.

Na Praça António Padinha n.º 45 foram identificadas várias infraestruturas, colocadas no decurso do século XX, pelo que os

sedimentos se apresentam alterados [00], correspondendo a deposições antrópicas de formação recente. Estes sedimentos cobriam as estruturas arqueológicas aí identificadas, respectivamente um muro (estrutura n.º 3), um pavimento (estrutura n.º 2) e três canalizações (estruturas n.º 1, 4 e 5).

As características e dimensões da estrutura n.º 1 sugerem estarmos na presença de uma canalização pública para águas pluviais, sendo constituída por dois muretes em alvenaria de pedra calcária e argamassa de cal. A cobertura é feita com pedras calcárias de maior dimensão e argamassa de cal.

Tendo em conta as dimensões da canalização (estrutura n.º 1), o tipo de argamassa utilizada e o acabamento grosseiro das paredes interiores, avançamos a hipótese de ter sido construída em Época Contemporânea.

No extremo sul da vala foi identificado um muro (estrutura n.º 3), em alvenaria de pedra calcária e argamassa de cal, que se sobrepõe a um pavimento (estrutura n.º 2) constituído em argamassa de cal. Ambas as estruturas evidenciavam vestígios de destruição, não tendo sido possível determinar o momento em que ocorreu.

Dado que não se procedeu à escavação do muro (estrutura n.º 3) e das canalizações (estruturas n.º 4 e 5) não foi possível determinar as inter-relações físicas entre cada uma das estruturas em análise. De igual modo, não foi exequível determinar o carácter público e/ou privado das estruturas de condução de águas, bem como o momento de fundação das mesmas.

Após a conclusão dos trabalhos arqueológicos, procedeu-se ao desmonte parcial da canalização [01] e à protecção de todas as outras estruturas mediante a utilização de pó de pedra e geotêxtil. Posteriormente, e após a colocação das infraestruturas, recorreu-se ao enchimento da vala com terra proveniente da abertura da mesma.

No que compreende os materiais cerâmicos verifica-se que estes se encontram muito fragmentados tendo sido estabelecido um

número mínimo de nove indivíduos relativo aos dez fragmentos exumados. Verifica-se a presença de sete fragmentos de cerâmica comum e três fragmentos vidrados, tendo sido contabilizados dois bordos e um fundo.

O conjunto cerâmico em análise apresenta pouca diversidade nas soluções escolhidas pelo oleiro como acabamento das peças, estando presentes o engobe/aguada e o vidrado monocromático verde. O engobe/aguada pode observar-se na superfície interna de sete exemplares e na superfície externa de 10 exemplares, enquanto o vidrado monocromático está presente na superfície interna de três fragmentos e na superfície externa de um único fragmento.

No conjunto em análise apenas dois indivíduos apresentam ornamentação, a qual consiste numa simples incisão.

As cerâmicas analisadas apresentam uma grande coesão cronológica, com materiais com uma evidente cronologia medieval/moderna.

4. Algumas considerações

Os trabalhos de minimização e de salvaguarda patrimonial levados a cabo no âmbito das obras realizadas pela Tavira Verde na via pública possibilitaram reconhecer a presença de aterros afectados pela instalação de diversas infraestruturas (águas, electricidade, gás, fibra óptica, entre outras). A colocação dessas infraestruturas terá produzido um impacto profundo no subsolo, desconhecendo-se, na maioria dos casos o momento da afectação ou o impacto provável sobre o património arqueológico. Dos locais intervencionados apenas foram registados vestígios arqueológicos preservados em dois deles.

As intervenções arqueológicas realizaram-se um pouco por todo o centro histórico da cidade e, pese embora a reduzida área intervencionada, os elementos recolhidos permitem considerar a

continuidade do traçado viário urbano da cidade de Tavira nos últimos séculos.

Embora os dados resultantes destes trabalhos não sejam relevantes são, igualmente, necessários para a (re)construção de um património que é colectivo. A sua valoração é relevante, quer para a gestão e planeamento do território, quer para a construção da memória e identidades das comunidades.

A divulgação pública da informação obtida a partir de trabalhos arqueológicos é para nós essencial, pois a sua publicação possibilita a sua fruição pelo público em geral. Para nós esta é a única forma de salvaguardar e valorizar o património arqueológico.

5. Bibliografia

ARRUDA, Ana Margarida; COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2008) - A necrópole da Idade do Ferro do Convento da Graça, Tavira. *Xelb.* 8: I. p. 117-135.

CAVACO, Sandra; COVANEIRO, Jaquelina (2015) – 150 anos de investigação arqueológica em Tavira. *Memória e Futuro*. Tavira. Câmara Municipal de Tavira. p. 16-32.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2015) – *Relatório Final. Acompanhamento Arqueológico de Infra-estruturas de Águas e Saneamento de Tavira: Tavira Verde (2014)*.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2015) – *Relatório Final. Acompanhamento Arqueológico de Valas de Águas Pluviais e Residuais no Centro Histórico de Tavira (2013)*.

COVANEIRO, Jaquelina; CAVACO, Sandra (2015) – *Relatório Final. Acompanhamento Arqueológico de Valas de Águas Pluviais e Residuais no Centro Histórico de Tavira (2012)*.

MANTAS, Vasco (2003) - A cidade de Balsa. *Tavira Território e Poder*. Lisboa. Câmara Municipal de Tavira. IPM. Museu Nacional de Arqueologia. p. 85-94.